



Subcomissão do Senado apresenta primeira versão do Estatuto do Trabalho



Na audiência pública, foi apresentada a Sugestão Legislativa (SUG 12/2018), que será relatada pelo senador Paulo Paim (PT-RS)

A Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (CDHET) apresentou nesta quinta-feira (10) o relatório que formaliza a proposta da nova lei trabalhista. O texto é uma sugestão legislativa, que será relatada pelo senador Paulo Paim (PT-RS). A SUG 12/2018 regulamenta assuntos relativos à inclusão social, autorregulação sindical, modernização do trabalho, salário mínimo mensal e jornada de trabalho de 40h semanais.

Participando como representante da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), o deputado distrital Chico Vigilante (PT), parabenizou a iniciativa e argumentou que o

processo de retirada de direitos trabalhistas não é novidade.

“Do meu ponto de vista, a Reforma Trabalhista foi o coroamento de um processo que já vinha sido arquitetado há muito tempo”, afirmou Chico Vigilante.

Chico lembra que no distante ano de 1979, foi sancionada uma lei que garantia a reposição das perdas inflacionárias do ano em 110% para tinha remuneração de até três salários mínimos; 100% para quem ganhava até 10 salários mínimos e 80% para quem tinham rendimentos superiores, coisa que hoje não acontece. Em 1995, o então presidente Fernando Henrique

Cardoso revogou o instrumento com base na livre negociação, que, na opinião do distrital é um engodo. “Como falar em livre negociação se não respeitam o direito de greve”, questionou.

Paim informou que a primeira versão do anteprojeto da Reforma Trabalhista conta com mais de 700 artigos.

“Hoje, apresentamos a nova CLT. Foram nove meses de trabalho juntamente com a Associação Latino Americana dos Juizes do Trabalho, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho e as centrais sindicais”, afirmou.

Essas associações são autoras da sugestão legislativa protocolada nesta quinta-feira no Senado.

Estatuto

A assistente técnica da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Tânia Andrade, apresentou a estruturação da proposta do Estatuto do Trabalho. O texto está dividido em duas partes, sendo a primeira sobre o direito do trabalho e a segunda sobre o direito processual.

Entre os vários capítulos, a primeira parte dispõe sobre assuntos relativos à vedação de práticas análogas à escravidão e à proteção a mulheres, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes, idosos e contra a discriminação étnico-racial.

Além de regulamentar o tempo de trabalho, o direito ao descanso, o emprego rural e autônomo.

Segundo Tânia Andrade, a segunda parte da proposta não está consolidada. Ela informou que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) fará outras proposições acerca da Justiça do Trabalho e do processo em geral.

Sugestão legislativa

A Sugestão Legislativa (SUG) é uma ideia legislativa que se origina da sociedade e que pode ter como ponto de partida debates relacionados ao assunto. Como qualquer SUG, a proposta do Estatuto do Trabalho será discutida na CDH para aprimoramento após ouvir setores

da sociedade. A sugestão depois será votada pela CDH e se aprovada passará a tramitar como projeto de lei, que terá que ser votado por outras comissões permanentes do Senado.

Críticas à Justiça do Trabalho

Em seu pronunciamento, o distrital Chico Vigilante criticou alguns procedimentos da Justiça do Trabalho e cobrou mudança na ação por parte dos juizes, desembargadores e ministros.

Ele criticou especialmente à enxurrada de interditos proibitórios e às aplicações de multas “astronômicas” decretadas pela Justiça trabalhista que intimidam os trabalhadores durante as greves.

“Greve, no Brasil, se tornou proibitiva. A única maneira de defender os direitos e de realizar enfrentamentos, é se houver o direito de greve”, afirmou.

Chico recordou que, durante muitos anos esteve em vigor uma súmula do Tribunal Superior do Trabalho versando sobre a ultratividade das normas coletivas, que determinava sobre a manutenção das decisões da convenção coletiva quando chegasse a data base até que fosse homologada a nova pactuação entre sindicatos e patrões.

“Para os empresários, hoje, a justiça do trabalho está sendo um bom negócio, no que tange aos dissídios coletivos, pois, eles não negociam e ficam esperando a proteção da Justiça”, afirmou.

O deputado afirmou que poderia chegar a um entendimento que possibilitassem as negociações entre sindicatos e patrões sem a intermediação da justiça e dos governos. “Deixem que a gente faça a negociação sem a intermediação de justiça e dos governos, que a gente consegue fazer”, afirmou.

Fonte: Chico Vigilante, diretor da CNTV e deputado distrital (PT)

NOTA OFICIAL – JUSTIÇA REJEITA RECURSOS CONTRA ELEIÇÃO NO RS



Nesta quarta-feira (09) houve o julgamento, no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, dos recursos dos representantes das chapas 2 e 3 das eleições ocorridas no ano passado. Nestes recursos, as duas chapas sustentaram que o processo eleitoral da entidade deveria ser anulado, com convocação de novas eleições. Apenas recordamos que, na apuração dos votos, a CHAPA 1, da atual direção, venceu as eleições com 1.036 votos, contra 411 da CHAPA 2 e 225 votos da CHAPA 3. Pois a 6ª Turma do TRT4, acolheu as teses sustentadas pela nossa assessoria jurídica, o escritório Young, Dias, Lauxen & Lima, e rejeitou por unanimidade os recursos das chapas de oposição, tendo reconhecido que cabia plena razão na tese defendida pela chapa 1. O presidente Dias sempre disse que confiava na Justiça e a Justiça se fez, pois modificar o resultado das eleições no tapetão seria algo inadmissível e injusto, para não dizer GOLPISMO! Confiamos na competência da nossa assessoria jurídica e o resultado está aí – mais uma vitória! Agora, esperamos que os diretores dissidentes,

que os atuais opositoristas, especialmente aqueles que cultuam o espírito de discórdia e de ódio, foquem as suas energias colaborando no fechamento da convenção coletiva e na luta por melhores condições de trabalho para os membros de nossa categoria. Aliás, teve um irresponsável, que não está entre os autores dos recursos, que chegou a divulgar que a eleição tinha sido cancelada. Mentira! É o mesmo que divulgou, em dezembro ou janeiro, que o sindicato já tinha assinado a convenção coletiva. Mentira! É gente que faz oposição fora de época para dividir a categoria. O que vão inventar agora para ajudar os patrões? Quem está bancando essas pessoas? Deixamos bem claro que não são todos da oposição, mas alguns ressentidos, covardes, que se escondem atrás das redes sociais para fazer intrigas, espalhar mentiras e calúnias. Que a categoria tenha cuidado com essas pessoas. Eleições só em 2021, é a luta que segue!

“Falsos e hipócritas são aqueles que tudo fazem com palavras, mas na realidade nada fazem”. Demócrito, filósofo grego

“HIPÓCRITAS! Pessoas oportunistas que vivem de fazer críticas aos seus semelhantes e na presença destes se dizem amigos e tentam tirar proveito da situação”. Wallace Barbosa

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Bancos podem ter horário especial em dia de jogo do Brasil na Copa



O Banco Central publicou circular, nesta quarta-feira (9), para regulamentar o funcionamento das instituições bancárias durante os jogos da seleção brasileira na Copa do Mundo da Rússia 2018, que será disputada entre os dias 14 de junho e 15 julho.

A autorização - que vale para bancos múltiplos com carteira comercial, bancos comerciais e as caixas econômicas - prevê que as agências poderão alterar o horário de atendimento ao público, mas deverão garantir funcionamento mínimo de quatro horas ao longo do dia, uma hora a menos do que as cinco horas obrigatórias exigidas para os dias úteis. Além disso, as agências ficam dispensadas do cumprimento do horário ininterrupto de funcionamento, conforme as normas em vigor. Nesse caso, os bancos podem, por exemplo, abrir antes das partidas, fechar no início dos jogos e reabrir as portas após o término das disputas.

O Brasil estreia na Copa contra a Suíça,

no dia 17 de junho, um domingo, às 15h, no horário de Brasília, pelo grupo E da competição. A segunda partida será contra a Costa Rica, no dia 22 de junho, sexta-feira, às 9h. O jogo de encerramento da fase de grupos será no dia 27, contra a Sérvia, às 15h. Se chegar às semifinais ou à grande final, no dia 15 de julho, o Brasil ainda poderá jogar outras quatro vezes. A definição das datas dos confrontos das fases seguintes dependem da posição do país na fase de grupos.

O Banco Central determinou que as instituições financeiras deverão informar, com antecedência mínima de dois dias úteis, o horário de atendimento nos dias de jogos da seleção. Os informes deverão ser afixados nas dependências das próprias agências.

Fonte: Agência Brasil

Memorando da CIA revela que Médici, Geisel e Figueiredo autorizaram assassinatos na ditadura



Documentos do Departamento de Relações Exteriores dos Estados Unidos apontam o envolvimento direto dos presidentes Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo no assassinato de mais de uma centenas de brasileiros durante a ditadura militar no Brasil.

A revelação foi feita pelo escritor, doutor em Relações Internacionais e professor da FGV, Matias Spektor. Em sua página no Facebook, Spektor apresenta um relato da CIA sobre reunião ocorrida em março de 1974 entre o General Ernesto Geisel, então empossado na Presidência, com o general João Figueiredo, indicado por Geisel para o Serviço Nacional de Informações (SNI), e outros dois assessores: o general que estava deixando o comando do Centro de Informações do Exército (CIE), o general que viria a sucedê-lo no comando.

“O grupo informa a Geisel da execução sumária de 104 pessoas no CIE durante o governo Médici, e pede autorização para continuar a política de assassinatos no novo governo. Geisel explicita sua relutância e pede tempo para pensar. No dia seguinte, Geisel

dá luz verde a Figueiredo para seguir com a política, mas impõe duas condições. Primeiro, ‘apenas subversivos perigosos’ deveriam ser executados. Segundo, o CIE não mataria a esmo: o Palácio do Planalto, na figura de Figueiredo, teria de aprovar cada decisão, caso a caso”, relata Matias Spektor.

Durante a reunião, segundo o memorando, o general Milton expôs o trabalho feito pelo CIE durante o governo Médici, destacando os métodos adotados para conter o que chamou de “ameaça subversiva”, em referência aos grupos de resistência política que atuaram no Brasil durante a ditadura militar.

“De tudo o que já vi, é a evidência mais direta do envolvimento da cúpula do regime (Médici, Geisel e Figueiredo) com a política de assassinatos. Colegas que sabem mais do que eu sobre o tema, é isso? E a pergunta que fica: quem era o informante da CIA?”, questiona Spektor. “Este é o documento secreto mais perturbador que já li em vinte anos de pesquisa.”

O memorando completo pode ser visto, em inglês, no site do Departamento de Estado dos EUA.

Abaixo, a tradução para o português:

Memorando do diretor da Agência Central de Inteligência Colby para o secretário de Estado Kissinger

Washington, 11 de abril de 1974.

Assunto: Decisão do presidente brasileiro Ernesto Geisel de continuar a execução sumária de subversivos perigosos sob certas condições

1. [1 parágrafo (7 linhas) não desclassificado]

2. Em 30 de março de 1974, reuniu-se presidente do Brasil, Ernesto Geisel, com o general Milton Tavares de Souza (chamado de general Milton) e o general Confúcio Danton de Paula Avelino, respectivamente o chefe que sai e o que entra do Centro de Informações do Exército (CIE). Também esteve presente o general João Baptista Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI).

3. O general Milton, que falou durante a maior parte do tempo, detalhou o trabalho da CIE contra os alvos subversivos internos durante a administração do ex-presidente Emílio Garrastazu Médici. Ele ressaltou que o Brasil não pode ignorar a ameaça subversiva e terrorista, e que os métodos extralegais devem continuar sendo usados contra subversivos perigosos. A este respeito, o general Milton disse que cerca de 104 pessoas nesta categoria foram sumariamente executadas pelo CIE durante o ano passado, ou pouco antes. Figueiredo apoiou essa política e insistiu em sua continuidade.

4. O presidente, que comentou sobre a seriedade e os aspectos potencialmente prejudiciais desta política, disse que queria refletir sobre o assunto durante o fim de semana antes de chegar a qualquer decisão sobre sua continuidade. Em 1º de abril, o presidente Geisel disse ao general Figueiredo que a política deveria continuar, mas que muito cuidado deveria ser tomado para assegurar que apenas subversivos perigosos fossem executados. O presidente e o general Figueiredo concordaram que quando o CIE prender uma pessoa que possa se enquadrar nessa categoria, o chefe do CIE consultará o general Figueiredo, cuja aprovação deve ser dada antes que a pessoa seja executada. O presidente e o general Figueiredo também concordaram que o CIE deve dedicar quase todo o seu esforço à subversão interna, e que o esforço geral do CIE será coordenado pelo General Figueiredo.

5. [1 parágrafo (12½ linhas) não desclassificado]

6. Uma cópia deste memorando será disponibilizada ao Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Interamericanos. [1½ linha não desclassificada]. Nenhuma distribuição adicional está sendo feita.

Fonte: Opera Mundi e Brasil 247



Ela tem força,
ela tem sensibilidade,
ela é guerreira,
ela é uma deusa
ela é mulher de verdade.

- CBJR

Feliz dia das mães

Ser Mãe!

Ser Mãe é ser alguém que carrega na sua essência a luz da vida, a esperança do amanhã, o calor do amor. Ser Mãe é ser amiga, é ser companheira é ser guerreira!

É travar no dia-a-dia batalhas silenciosas, invisíveis, simples e complexas. Aquela que madruga, passa as noites em claro, noites mal dormidas velando o sono dos filhos, e levanta cedo no dia seguinte para começa mais um dia de batalha. Aquela que no corre- corre da vida se desdobra em várias, tem dupla, tripla jornada, trabalha em tempo integral, tem em sua mente uma agenda pronta de todos os afazeres. Assim somos nós. Somos fortes, ao mesmo tempo frágeis. Afinal, somos Mães!

Maura Alves de Miranda

Secretária de Assuntos das Mulheres, mãe, avó, vigilante

A CNTV deseja a todas mães um dia muito especial.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF